



Turismo e a Economia Local: o caso da Praia do Bilene, Moçambique

Sam Jones *com* Hanifa Ibrahim (MPD), Céu Matos e Hélio Neves (MITUR),
e Paulo Nhamossa (MICOA)



Discussion papers

No. 56P

Agosto de 2007

Direcção Nacional de Estudos e
Análise de Políticas

Ministério de Planificação e
Desenvolvimento

República de Moçambique

O objectivo das publicações é estimular a discussão e troca de ideias sobre questões pertinentes para o desenvolvimento económico e social de Moçambique. Existem diferentes opiniões acerca da melhor maneira de fomentar o desenvolvimento económico e social. As publicações têm como objectivo abordar essa diversidade. **É de realizar que as ideias apresentadas nos documentos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não necessariamente reflectem o posicionamento do Ministério de Planificação e Desenvolvimento ou qualquer instituição do Governo de Moçambique.**

O logo foi gentilmente providenciado pelo artista moçambicano Ndlozy.

Agradecimentos:

Agradecemos a colaboração dos governos da Província de Gaza, do Distrito Macia-Bilene e do Posto Administrativo da Praia de Bilene. O estudo foi financiado com o apoio da DANIDA.

Contacto:

Sam Jones

Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas
(DNEAP)

Ministério de Planificação e Desenvolvimento

Av. Ahmed Sekou Touré nº 21, 7 andar

Maputo, Moçambique

Tel: (+258) 2 1 499442

Fax: (+258) 2 1 492663

Web: www.mpd.gov.mz

Email: esamjones@gmail.com

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	2
A. INTRODUÇÃO.....	5
B. METODOLOGIA	7
(1) QUADRO ANALÍTICO	7
(2) RECOLHA DE DADOS	9
C. TURISMO NA PRAIA DO BILENE	11
(1) CONTEXTO GERAL	11
(2) OFERTA TURÍSTICA	13
(3) PROCURA TURÍSTICA.....	15
D. IMPACTOS ECONÓMICOS.....	17
(1) VENDAS TOTAIS	18
(2) IMPACTO NO EMPREGO.....	19
(3) IMPACTO VIA OS CUSTOS DE OPERAÇÃO.....	21
(4) IMPACTO ECONÓMICO LÍQUIDO.....	23
E. O ECOSISTEMA LOCAL DE TURISMO	24
(1) RESUMO DA SITUAÇÃO ACTUAL.....	24
(2) FACTORES DE TRANSFORMAÇÃO.....	27
(3) MECANISMOS DE RESPOSTA	28
F. PRIORIDADES DE ACÇÃO	31
(1) PRAIA DO BILENE.....	31
(2) SECTOR DE TURISMO.....	32
G. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS	34

Tabela 1: Resumo do trabalho de campo realizado.....	10
Tabela 2: Resumo da oferta turística do sector formal.....	14
Tabela 3: Resumo do fluxo turístico para a Praia do Bilene por tipo de alojamento	16
Tabela 4: Sazonalidade do volume de turistas.....	17
Tabela 5: Vendas totais anuais por categoria de negócio turístico.....	18
Tabela 6: Número de trabalhadores no sector de turismo por categoria de negócio	20
Tabela 7: Pagamentos anuais aos trabalhadores relacionados com actividade turística.....	20
Tabela 8: Desagregação dos custos de operação por localidade de pagamento	22
Tabela 9: Impactos económicos de turismo como % vendas em cada categoria	24

Abreviações chaves:

INE	Instituto Nacional de Estatística
MICOA	Ministério para a Coordenação de Acção Ambiental
MITUR	Ministério de Turismo
MPD	Ministério de Planificação e Desenvolvimento

RESUMO EXECUTIVO

- a) O sector de turismo é indicado como bastante promissor em termos do seu contributo potencial para o crescimento económico e social em Moçambique (República de Moçambique, 2003; 2004). Todavia, reconhece-se que o desenvolvimento de turismo, particularmente em zonas mais recônditas, é capaz de trazer novos desafios e custos ao local. Assim, não se pode garantir que o balanço dos benefícios de turismo seja sempre positivo.
- b) Neste contexto, o objectivo do estudo é de analisar os impactos económicos de turismo ao nível local – sendo o Posto Administrativo da Praia do Bilene. Consideram-se também opções de natureza política que possam contribuir para uma forma de desenvolvimento turístico mais sustentável na zona, o qual assegura uma ligação mais forte entre os fluxos de turistas e a economia local.
- c) A informação e análise aqui apresentada baseiam-se nos resultados dum período rápido de trabalho de campo feito no mês de Junho 2007, no qual se realizou um inquérito simples aos operadores turísticos bem como várias entrevistas informais com os principais *stakeholders* (grupos de interesse) do sector.
- d) O estudo estrutura-se em três pilares – (i) uma apresentação do perfil de turismo na Praia do Bilene; (ii) a estimativa dos seus impactos económicos; e (iii) uma análise mais abrangente do “ecossistema local” de turismo. Este último pilar reflecte o facto de o turismo ser extremamente complexo e devia ser enquadrado nas suas interações com o meio ambiente, instituições de governação e estruturas sócio-culturais.
- e) Quanto ao perfil de turismo no Bilene, no que concerne a **oferta turística** destaca-se:
- o crescimento dinâmico do sector desde o alcance da paz em 1992 pelo que, actualmente, a Praia do Bilene tem uma capacidade de 550 camas num parque hoteleiro de 14 estâncias;
 - a forte presença do capital social nacional principalmente nas estâncias mais estabelecidas da zona e a existência de alguma participação nacional nos

- investimentos mais novos, mas isto é tipicamente apenas uma parte menor do capital social total;
- a edificação de várias estâncias novas, as quais aumentarão significativamente a capacidade turística nos próximos anos; e
 - as irregularidades nas situações legais de muitos operadores (conforme dados levantados em Dezembro 2006 pelo governo provincial) incluindo a existência dum número considerável de casas de férias não licenciadas.
- f) Quanto à **procura turística** a constatação principal é a alta sazonalidade dos fluxos de turistas. Estima-se a visita de 17 mil turistas por ano, dos quais 40% são nacionais, com uma estadia média de 2.6 noites. Durante os picos do ano a lotação é quatro vezes superior que nos meses mais baixos; por conseguinte, a taxa de ocupação média anual é apenas 20%. Contudo, o fluxo turístico é vultoso relativo à população local – por ano, três turistas visitam o Bilene por cada membro da comunidade local.
- g) O **impacto económico grosso** de turismo na Praia do Bilene, medido como o total de vendas feitas aos turistas na zona (excluindo as casas de férias), é estimado em \$2,7 milhões de dólares por ano dos quais 80% são pagamentos as estâncias turísticas. Isto corresponde a um gasto médio diário de US\$50 dólares por turista.
- h) As estimativas apontam o **emprego como o principal beneficiário local de turismo**. O sector é o maior proporcionador de postos de trabalho assalariados na zona, representando uma força de trabalho de 274 pessoas no sector formal. Além disso, o sector emprega mais 110 trabalhadores sazonais e ampara 120 pessoas no sector informal. Em termos financeiros, estima-se que os rendimentos pessoais provenientes do turismo correspondem a apenas uma fracção pequena (15.5%) das vendas totais.
- i) Importa destacar a **falta de negócios auxiliares de turismo** na Praia do Bilene tais como empresas de viagens, fornecedores de actividades turísticas ou serviços bancários. Outro resultado é que poucos custos de operação dos operadores turísticos principais (a compra de bens e serviços intermediários) são feitos localmente devido ao elevado custo dos produtos e a sua indisponibilidade. Finalmente, as compras directas locais dos turistas no sector informal não são avultadas – apenas US\$21 mil

por mês. Consequência disso é um contributo relativamente fraco de turismo para a economia local; estima-se o benefício local do sector em US\$ 400 mil por ano.

- j) Uma análise mais abrangente do “ecossistema de turismo” leva-nos a concluir que apesar do seu potencial enorme, a Praia do Bilene **carece duma massa crítica de turismo**. Isto explica o desenvolvimento limitado de negócios ao redor das estâncias e a incapacidade da economia local fornecer bens e serviços intermediários. Ao mesmo tempo, notam-se algumas pressões crescentes que poderão minar a sustentabilidade do sector a médio prazo. Estas incluem a expansão relativamente desordenada do sector e ameaças ambientais.
- k) Olhando para o futuro, salientam-se **dois factores de transformação** cujo comportamento determinará o grau de sustentabilidade e a forma de crescimento do turismo na zona. Estes são: (i) o número e diversidade de atracções turísticas; e (ii) o equilíbrio entre a quantidade de investimento e a qualidade da oferta turística, a qual se refere a natureza de novos empreendimentos bem como as infra-estruturas públicas. O contexto actual de taxas baixas de ocupação e a multiplicação desordenada de estâncias pode conduzir a uma espécie de concorrência danosa entre os operadores, capaz de ameaçar o próprio futuro do sector no Bilene.
- l) Em termos das acções recomendáveis para fazer face a esta situação destaca-se a necessidade de **implementar um plano integrado de turismo para a zona** que estabeleça a forma de turismo desejada a longo prazo, o zoneamento da terra, o regulamento de acesso e uso dos recursos naturais locais e os indicadores para facilitar a monitoria e gestão do sector. Tudo isto requer um reforço às capacidades de gestão e governação com recursos e autoridade suficiente ao nível local para garantir a implementação do plano.
- m) O estudo também indica três desafios mais gerais para o sector: (i) facilitar a transparência e aplicação efectiva do quadro legal relevante ao turismo; (ii) aumentar a eficiência do uso da terra no contexto de mercados “sombras” ligados à venda de benfeitorias; e (iii) encontrar mecanismos para financiar e capacitar o quadro institucional público do turismo ao nível local para assegurar o seu desenvolvimento sustentável.

A. Introdução

1. Este estudo debruça-se sobre os impactos económicos do turismo ao nível local em Moçambique. Este é um tema relevante devido à importância frequentemente dada ao sector no contexto do crescimento económico e social do país.
2. Define-se a localidade de interesse como o Posto Administrativo da Praia do Bilene localizado no Distrito Macia-Bilene. Propõe-se que a Praia do Bilene tenha o potencial de mostrar formas diferentes de impactos económicos de turismo. Isto porque:
 - a. a Praia de Bilene tem uma conexão histórica com o turismo e é conhecido como umas das zonas com maior densidade de turismo no país;¹
 - b. encontra-se uma variedade de operadores no local incluindo investidores estrangeiros e nacionais, muitos dos quais tem longos anos de experiência na zona;
 - c. é relativamente perto da capital do país com boas vias de acesso (há estrada asfaltada até a vila do Bilene) tornando-o mais acessível aos turistas nacionais.
3. O principal objectivo é fazer uma avaliação rápida da contribuição do turismo para a economia local. Os resultados esperados incluem:
 - a. a estimação do contributo de turismo à economia local;
 - b. uma apreciação dos benefícios e custos do turismo no local do ponto de vista da sua sustentabilidade;
 - c. a identificação de acções que possam fortalecer a ligação entre o turismo e a economia local.
4. Há várias motivações por detrás do estudo. Em primeiro lugar o governo reconhece os distritos como o pólo de desenvolvimento. Adicionalmente, o turismo é visto como um sector chave no tocante ao crescimento económico e o combate contra a pobreza

¹ Excluindo a cidade de Maputo, onde o turismo de negócio é predominante, outras zonas com uma densidade considerável de turismo de lazer são: o Ponto de Ouro (Província de Maputo), as Praias do Tofo e da Barra (Província de Inhambane), o Arquipélago de Bazaruto (Província de Inhambane) e a Praia de Wimbe (Província de Cabo Delgado).

absoluta (República de Moçambique, 2003; 2004). Daí surge a importância de entender a realidade de turismo ao nível local.

5. Depois da divulgação da metodologia na secção a seguir, divide-se a análise principal em três pilares, sendo:

- a. *a apresentação do perfil de turismo na Praia do Bilene (Secção C)* – a qual descreve a situação actual do turismo no Bilene baseado em dados sobre a procura e oferta turística da zona;
- b. *a estimativa dos seus impactos económicos (Secção D)* – onde se calcula o tamanho das vendas aos turistas por cada elemento da cadeia de valor de turismo; estima-se também a fracção destes fluxos financeiros que realmente contribui à economia local;
- c. *a análise do “ecossistema local” de turismo (Secção E)* – a qual pretende ser mais abrangente, de modo a identificar os factores determinantes do futuro crescimento do sector e as acções necessárias para assegurar um desenvolvimento sustentável e ligado com a economia local.

6. Antes de mais, merece salientar duas observações gerais:

- a. o turismo é inerentemente complexo no sentido de que o seu desempenho depende dum conjunto de factores sócio-culturais, económicos, ambientais e políticos. Tal implica que as políticas sectoriais deveriam se basear numa apreciação da complexidade do turismo e não numa análise puramente económica. Por isso, este estudo leva em conta a necessidade de promover o crescimento sustentável de turismo, objectivo explicitamente defendido pelo governo de Moçambique (República de Moçambique, 2004).
- b. reconhece-se o papel crítico do governo no que diz respeito ao desenvolvimento turístico. Muitas vezes problemas de “acção colectiva” constroem a capacidade do sector privado por si próprio de criar as condições necessárias para um crescimento sustentável e de qualidade no sector. Por exemplo, agentes individuais do sector privado tipicamente não têm os devidos incentivos para investir na protecção ou melhoria ambiental

desde que outros agentes possam beneficiar do seu investimento sem pagar. Assim, a governação adequada do turismo é imprescindível.

7. Em termos da apresentação dos dados, nota-se que a informação quantitativa sobre os impactos económicos é calculada para ser representativa de todos os operadores turísticos relevantes na Praia do Bilene e não apenas para a amostra dos operadores inquiridos. Porém, é importante lembrar que os cálculos apenas representam estimativas gerais e não são exactos.

B. Metodologia

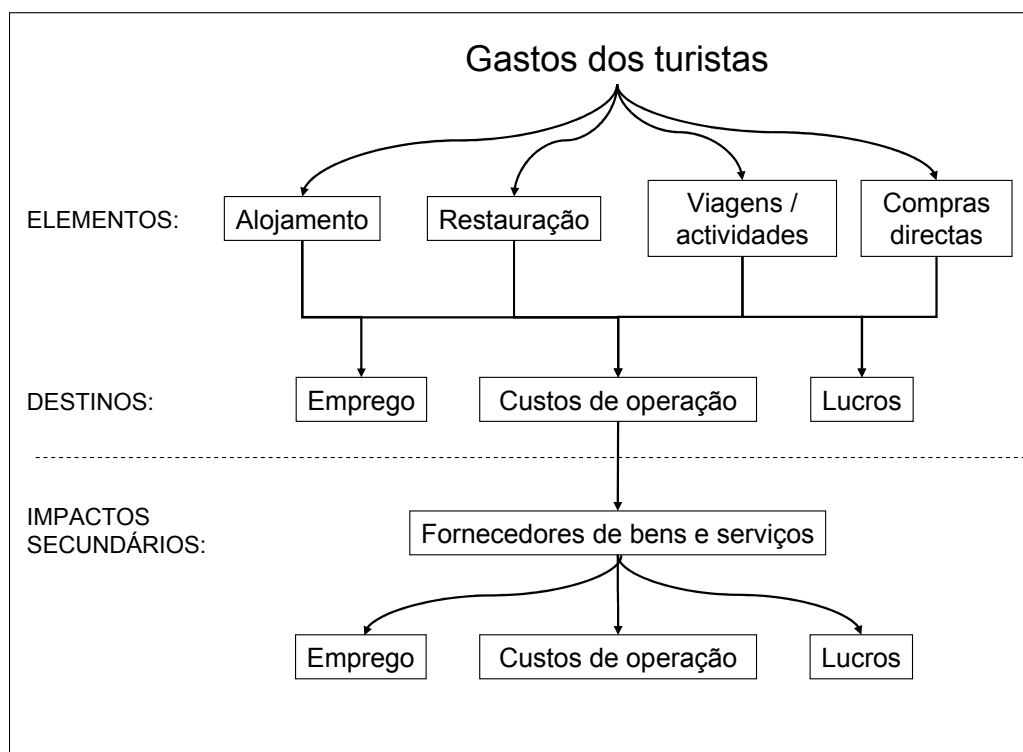
(1) Quadro analítico

8. A metodologia para analisar os impactos económicos de turismo inspira-se numa serie de estudos sobre a ligação entre turismo e a redução da pobreza em vários países, incluindo a África do Sul.² Destacam-se as publicações da Ashley et al. (2001), Mitchell & Faal (2006), Barte & Wilde (2006), Ashley (2006a, 2006b) como algumas das referências principais deste género.
9. O quadro analítico tem duas dimensões principais. A primeira concentra-se na estimativa largamente quantitativa das ligações entre as actividades turísticas e a economia local. Esta é facilitada pela identificação dos diferentes **elementos** e **destinos finais** da cadeia de valor de turismo.
10. Distingue-se entre os **elementos** da cadeia de valor pelos diferentes pontos económicos onde fluxos financeiros turísticos entram directamente na economia. Em outras palavras, pode-se seguir o caminho dos gastos de turistas começando com os seus pontos de entrada na economia local. Elementos identificados em outros estudos são: (i) alojamentos; (ii) restaurantes, bares e cafés; (iii) vendas directas de produtos locais e artesanato; e (iv) negócios de actividades e viagens turísticas (guias, transportadores, mergulho etc.).
11. Para cada um destes elementos, o impacto económico final do gasto do turista depende daquilo que o vendedor do bem ou serviço faz com as suas receitas. Estas

² Para mais informação visite: www.odi.org.uk/tourism ou www.propoortourism.org.uk

aplicações referem-se aos **destinos finais** da cadeia de valor, dos quais as categorias principais são: (i) pagamentos aos trabalhadores; (ii) liquidação dos custos de operação; e (iii) os lucros. O Gráfico 1 mostra o quadro geral destes conceitos. Propõe-se que quanto maior for o uso de emprego local bem como bens e serviços intermediários fornecidos localmente, maior será o impacto económico local de turismo.

Gráfico 1: Ilustração da cadeia do valor de turismo



12. A segunda dimensão do quadro analítico surge da necessidade de fundamentar as políticas de turismo numa apreciação mais aprofundada dos factores que afectam a sua sustentabilidade (veja Secção E; UNEP & WTO, 2005). Deste modo, seguem-se os estudos de Farrell & Twining-Ward (2004, 2005) e Baggio (2007) que argumentam que o sector de turismo num determinado local devia ser abordado como um “ecossistema local”, caracterizado pela interacção complexa de variáveis exógenas e endógenas.

13. De forma a identificar os aspectos essenciais deste ecossistema local adapta-se o modelo diagnóstico “DSR” frequentemente usado no contexto de sustentabilidade (Shah, 2000).³ Brevemente, a aplicação aqui segue três passos, sendo:

- a. *Resumo da situação* – refere-se ao estado actual da sustentabilidade do turismo, incluindo os seus pontos fracos e fortes;
- b. *Identificação de factores de transformação* – pretende-se salientar as forças principais capazes de determinar o rumo de desenvolvimento turístico; e
- c. *Avaliação dos mecanismos de resposta* – refere-se a quanto adequadas são as acções e estratégias levadas a cabo pelos agentes principais (e.g., governo local e central; sector privado) para influenciar o rumo do turismo.

(2) Recolha de dados

14. Para quantificar os impactos económicos locais, precisa-se de informação sobre o volume de vendas e a estrutura dos custos de operação dos negócios que servem turistas. Conforme outros estudos (e.g., Ashley, 2006b), levanta-se esta informação através da combinação dum: (i) inventário destes negócios para saber quantos são em cada categoria; e (ii) questionário sobre as operações de operadores aplicado à uma amostra.

15. Para analisar o “ecossistema local” de turismo, precisa-se de ir para além da informação quantitativa e auscultar as opiniões dos *stakeholders* do sector (operadores turísticos, empresas formais e informais auxiliares, o governo e a comunidade local), sobre os desafios do turismo e as respostas necessárias. Por isso, incluíram-se questões qualitativas no questionário e desenvolveu-se um guião de entrevistas para orientar discussões mais gerais com *stakeholders*.

16. O questionário utilizado no trabalho de campo encontra-se no Anexo A e o guião de entrevistas no Anexo B. Como se pode ver, o questionário distingue entre as categorias chaves dos negócios do turismo e serviu de base para a recolha de informação quantitativa e qualitativa sobre a situação do turismo local.

³ Este modelo é *Driving Force – State – Response* (forças de transformação – estado – resposta), o qual é aplicado mais no contexto de questões do meio ambiente; todavia, nada proíbe a sua adaptação ao contexto de turismo.

17. Quanto aos resultados do trabalho de campo, destaca-se que o número de questionários e entrevistas completadas foi relativamente limitado conforme o objectivo de fazer uma avaliação rápida. Ademais, não foi possível aplicar o questionário aos operadores do sector informal devido às dificuldades que encontraram em responder às perguntas quantitativas. Assim, baseou-se em entrevistas mais informais com este grupo.
18. A Tabela 1 resume a base de informação na qual este relatório se assenta. Foram completados 16 questionários no sector formal e 21 entrevistas com operadores do sector informal e outros *stakeholders*. No sector formal, a equipa de trabalho entrevistou representantes de quase todas (90%) as operações ora em funcionamento; não era objectivo falar com operações em construção ou paradas.

Tabela 1: Resumo do trabalho de campo realizado

	Total de Operadores [†]	Abrangidos no campo	% do total
Sector formal:	29	16	55
Complexo de turismo	8	7	88
Alojamento médio	2	2	100
Alojamento básico	4	3	75
Restauração	4	4	100
Em construção	3	0	0
Parados / paralizados	8	0	0
Sector informal:	79	14	18
Mercearia / Loja	21	3	14
Banca de legumes	9	2	22
Banca de peixe	15	2	13
Banca de roupa	6	2	33
Banca de fruta	4	1	25
“Bottle store”	1	0	0
Barzinho	14	1	7
Vendedor de pão	2	1	50
Banca de artesanato	7	2	29
Stakeholders:	-	7	-
Governo local	-	5	-
Pescador	-	1	-
Líder de comunidade	-	1	-
Total	-	37	-

Fonte: Trabalho de campo efectuado pelos autores.

Nota: [†] informação do inventário de negócios turísticos.

19. As casas de férias, dimensão importante do turismo na Praia do Bilene, não foram investigadas em detalhe durante o trabalho de campo devido à disponibilidade de tempo. Neste momento não há nenhuma informação confiável respeitante ao número ou ao uso destas casas tanto pelos donos como por outros visitantes. Porém, para completar a análise incluem-se algumas estimativas grossas da sua dimensão.
20. Finalmente, o estudo poderia ter sido enriquecido falando directamente com os turistas. Tal não foi necessário devido à informação já disponível no inquérito às despesas de turistas levado a cabo no primeiro trimestre de 2007 (e o inquérito piloto de Dezembro de 2006) pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) junto com o MITUR. Fez-se o uso dos dados extraídos destes dois inquéritos para verificar os resultados do nosso trabalho de campo.

C. Turismo na Praia do Bilene

(1) Contexto geral

21. A Praia do Bilene é um Posto Administrativo do Distrito Bilene Macia situada no extremo sul da Província de Gaza da República de Moçambique.⁴ A vila principal do Posto Administrativo é a vila do Bilene, a qual se encontra à beira da Lagoa Uembje. De facto, a zona é caracterizada por um cordão de lagoas os quais representam recursos económicos chaves para a população local.
22. A Lagoa Uembje é a atracção turística principal da zona devida às suas águas calmas e praias extensas. Nota-se que a lagoa é de água salgada com uma comunicação intermitente com o Oceano Índico através dum canal que temporariamente sofre assoreamento devido aos movimentos dos ventos e correntes oceânicas. Adicionalmente, a orla marítima perto do canal de ligação entre o oceano e a lagoa possui um sítio frequentado por tartarugas. Até agora subaproveita-se este aspecto em termos turísticos. Ultimamente o acesso por via terrestre à orla marítima tem sido proibido desde a vila do Bilene devido a preocupações em torno da protecção ambiental das tartarugas.

⁴ Para mais detalhes sobre a zona e a região em geral veja MAE (2005).

23. Em comparação com as zonas interiores do Distrito, as zonas costeiras tem uma lotação populacional relativamente ligeira. Os últimos dados para o ano 2005 (baseados em extrapolações do Censo de 1997 e outras informações) indicam que o Posto Administrativo da Praia do Bilene abriga apenas 4% da população do Distrito – nomeadamente 6.638 de 165.104 pessoas. Isto numa área de 2.719 km², significando uma densidade baixa de população, igual a 2.5 pessoas por quilómetro quadrado.
24. Respeitante à economia, a população de idade de trabalho é igual a cerca de 4.500 pessoas, dos quais 51% são mulheres. As actividades principais são a agricultura, pecuária e pesca familiar que juntos consomem 88% da força de trabalho activa. Conforme DINAPOT (2005), estima-se que 120 barcos artesanais praticam a pesca na Lagoa Uembje. Apesar da Direcção Distrital de Agricultura e Pescas ter sugerido um limite de pescadores, o seu número tem subido anualmente e a Delegação Marítima local é incapaz de fazer cumprir esta directiva por falta de meios, sugerindo alguma preocupação sobre a sustentabilidade dos recursos pesqueiros da lagoa.
25. A economia formal é pouco desenvolvida na zona. De acordo com MAE (2005), ao nível distrital apenas 7% da força de trabalho tem trabalho assalariado, do qual 25% são ocupadas pelo governo enquanto 92% trabalham por conta própria ou são trabalhadores familiares. A comercialização agrícola é fraca com apenas 102 lojas operacionais no distrito. O mercado informal caracteriza-se mais pela rotina “venda – compra – venda”, sendo abastecido por mercados maiores grossistas fora do Posto Administrativo (e Distrito). Neste contexto não é de surpreender que 60% dos agregados familiares do distrito vivem abaixo da linha da pobreza.
26. Finalmente, o Posto Administrativo da Praia do Bilene conta com um quadro permanente de sete pessoas (do qual um tem o nível médio de escolaridade) – incluindo o Chefe de Posto e delegados das instituições de Agricultura e Pesca, Educação, Saúde e do Interior.⁵ Em adição, desde o início deste ano tem estado na Praia do Bilene uma equipa composta de representantes do governo provincial nos vertentes de Turismo, Obras Publicas, Agricultura e Finanças. Esta equipa foi

⁵ O governo distrital é composto por 51 funcionários dos quais dois são técnicos médios e um é técnico superior.

constituída por causa da percepção de problemas crescentes em volta do sector de turismo na Praia do Bilene e, assim, tem como objectivo de facilitar o trabalho do governo provincial no local.

(2) Oferta turística

27. A Praia do Bilene era um lugar de renome turístico durante o período colonial. Todavia, durante os anos de guerra civil a actividade turística estagnou-se. Desde os Acordos de Roma assinados em 1992, o turismo tem-se recuperado evidenciado pela reabilitação de estâncias antigas bem como a edificação de novos investimentos.
28. Baseado no inventário feito no campo, Tabela 2 resume as características dos negócios de turismo do sector formal – essencialmente os alojamentos e a restauração. Como se pode depreender, o Bilene abriga 25 operações de alojamento, dos quais 14 estão em funcionamento com uma capacidade de camas de aproximadamente 550. Nota-se que os complexos incluem alojamento e restauração; adicionalmente há quatro restaurantes avulsos com uma capacidade total de atender 170 clientes.
29. Em termos da qualidade das estâncias, não há nenhum sistema oficial de classificação. A categorização da Tabela 2 corresponde à opinião dos próprios donos (veja o questionário) – todos os complexos cabem a classe média e os dois campismos no Bilene são inclusos no grupo de alojamentos básicos.
30. Os preços praticados (por pessoa por noite) reflectem uma variedade razoável na oferta. Nos melhores complexos paga-se até 2.500MtN (US\$100) por pessoa por noite, baixando para 300MtN nos campismos e alojamentos básicos.
31. O turismo no Bilene não é caracterizado apenas por investimentos estrangeiros. Ao contrário, a maioria dos operadores (69%) do sector formal são nacionais reflectindo a longa história de turismo na vila do Bilene incluindo vários estabelecimentos com mais de 20 anos no local. Todavia, um resultado interessante é que a maior parte dos alojamentos parados, representando 30% do total das unidades, é detida por investidores estrangeiros. Embora não seja possível apurar as razões fundamentais, o facto de haver tantas operações paralizadas indica que o processo de levar um

investimento até sua conclusão é frequentemente moroso e complicado na Praia do Bilene. Neste contexto salienta-se a percepção que o investimento estrangeiro é muito mais predominante em outros locais da zona (fora da vila sede), estando este ligado frequentemente com a preocupação sobre sociedades falsas com nacionais (Governo da Província de Gaza, 2006).⁶

Tabela 2: Resumo da oferta turística do sector formal

	Número	Capacidade*	Capital nacional**	Situação legal regularizada			
				Ambiental	DUAT	Alvará	Impostos
Alojamentos:	25	550	60%	1	4	8	12
Complexos	8	400	75%	0	2	4	8
Alojamento médio	2	40	100%	0	0	1	1
Alojamento básico	4	110	75%	0	0	2	3
Em construção	3	.	67%	0	1	0	0
Parado / paralisado	8	.	25%	1	1	1	0
Restauração	4	170	100%	0	0	3	3
Total	29	720	69%	3%	14%	38%	52%

Fonte: inventário de estabelecimentos efectuados pelos autores; “situação legal” é do MICOA Gaza (2006).

Nota: * refere-se as camas para os alojamentos (incluindo complexos) e cadeiras para a restauração;

** indica a percentagem dos negócios em cada categoria que são 100% detidos por nacionais.

32. Em muitos casos a situação legal dos operadores não é regularizada. A informação da Tabela 2 vem dum relatório produzido em 2006 por uma equipa multi-sectorial do governo provincial. Nota-se que a grande maioria dos operadores não tem o seu DUAT (Direito ao Uso e Aproveitamento da Terra) devidamente regularizado e menos da metade tem o seu alvará (licença de turismo) em dia. Isto é o caso tanto para as operações mais novas como as com muitos anos no local. Apesar de não terem sua documentação legal regularizada, a maior parte dos operadores em funcionamento diz que pagam impostos – situação indicativa duma falta de coordenação entre os respectivos órgãos do governo. Sobretudo, observa-se que a actividade turística continua enquanto a situação legal dos operadores permanecer bastante incerta.

⁶ Falsas sociedades ocorrem quando o investidor estrangeiro se aproxima a um nacional para facilitar o seu acesso à terra mas, depois de ter conseguido afasta o nacional do negócio.

33. A relação entre o sector informal e a actividade turística refere-se aos vendedores de bens situados no mercado central à beira da lagoa. O perfil destes operadores vem indicado na Tabela 1, abrangendo um total de aproximadamente 79 unidades os quais também servem a população local bem como turistas.
34. Finalmente, não obstante o facto que alguns alojamentos / complexos disponibilizar equipamento de lazer aos turistas (e.g., canoas), é preciso realçar que no Bilene não existem negócios de viagens ou actividades turísticas do sector formal ou informal (e.g., empresas de mergulho etc.; guias turísticas).⁷ Em outros países a evidência é que estes tipos de negócios (independentes das estâncias) são elementos chaves no tocante à ligação entre a economia local e os turistas. Esta ausência é um sinal forte de alguma fragilidade do turismo na zona.

(3) Procura turística

35. Para começar a investigação dos impactos económicos atribuíveis ao turismo, é necessário perfilar os fluxos para a Praia do Bilene abrangendo o número, tipo, destino e estadia dos turistas. Esta informação permite uma estimativa inicial da dimensão do sector em comparação com outras actividades económicas na região.
36. A primeira fonte de informação sobre turismo no Bilene é os últimos dados oficiais do MITUR. Embora se baseiem apenas numa amostra de operadores turísticos ao nível provincial, a estimativa é que havia 45.327 dormidas na Província de Gaza em 2006 (contra 33.530 em 2005) com uma estadia média de duas noites por turista (MITUR, 2007). Isto sugere que o número de turistas nacionais e estrangeiros à província chegue a 22.500 por ano, igual a uma média de 1.875 por mês. Outra fonte oficial, compreendendo dados até 2005 (INE, 2005), indica que aproximadamente 50% dos turistas à província são estrangeiros.
37. Será que os resultados deste estudo são de acordo com os dados oficiais? Pese embora o trabalho de campo só abranger a Praia do Bilene, as estimativas são relativamente consistentes. Baseada na informação do trabalho de campo, a Tabela 3 mostra o fluxo

⁷ De acordo com os resultados do trabalho de campo, entende-se que tem havido uma loja de mergulho ligada com um dos complexos turísticos da zona. Todavia, ela tinha que fechar por causa de problemas legais.

total anual de turistas para a Praia do Bilene por tipo de alojamento utilizado, incluindo uma estimativa grossa dos turistas a ficar nas casas de férias.

38. Como se pode depreender, a média mensal de turistas é de 1.490 ou 1.100 excluindo os utentes das casas de férias. 60% dos turistas são estrangeiros, dos quais o maior número é da África do Sul. Em comparação com a população local isto representa uma densidade alta de turistas – por ano encontra-se aproximadamente três turistas por cada residente do Posto Administrativo.
39. A estadia média é de 2.6 noites, sugerindo um total de 61.300 dormidas anuais na Praia do Bilene. Observa-se que esta estimativa é maior de que a cifra oficial para a província para 2006. Entre as possíveis razões por esta divergência é que os dados oficiais são tirados directamente duma amostra (sem ajustamentos por representatividade); também é reconhecido que os operadores teriam motivos de ocultar o volume verdadeiro do seu negócio para evitar a atenção dos cobradores dos impostos.

Tabela 3: Resumo do fluxo turístico para a Praia do Bilene por tipo de alojamento

	Número de turistas			Dormidas	
	Média mensal	Total anual	dos quais % nacionais	Total anual	Estadia média
Complexo de turismo	830	9,960	30	36,000	2.9
Alojamento médio	40	480	10	2,100	1.0
Alojamento básico	220	2,640	40	8,800	1.9
Casas de férias	400	4,800	70	18,000	2.5
Total	1,490	17,880	42	61,300	2.6

Fonte: cálculos dos autores

40. Dados anuais podem ocultar diferenças sazonais substanciais. Por esta razão o questionário recolha informação sobre a variação sazonal dos fluxos turísticos. Tabela 4 resume estes resultados (excluindo as casas de férias para as quais não há informação), indicando claramente um grau de sazonalidade considerável no perfil de turismo do Bilene.⁸

⁸ De facto, este problema foi identificado pelo Governador da Província de Gaza. Nas palavras dele, a Praia do Bilene “está às moscas” durante a estação mais frio do ano.

41. A taxa de ocupação média do ano, a qual mede a grau de utilização do parque de alojamento disponível, é igual a cerca de 20%. Todavia, isto é constituído por uma média de 66% para a alta estação contra menos de 10% durante o restante do ano. Os operadores entrevistados consideram que a alta estação representa cerca de 4.5 meses por ano – essencialmente as férias escolares de Verão e outras férias públicas ao longo do ano.
42. Observa-se que a grau de sazonalidade não só se reflecte no número de turistas mas também na sua estadia média. Esta varia entre cerca de quatro noites durante os picos do ano e menos de duas noites durante a estação baixa.

Tabela 4: Sazonalidade no volume de turistas

	Alta estação		Baixa estação	
	Turistas / mês	Taxa de ocupação	Turistas / mês	Taxa de ocupação
Complexo de turismo	1,550	73	470	10
Alojamento médio	150	52	0	0
Alojamento básico	510	58	70	3
Total	2,220	66	540	7

Fonte: cálculos dos autores

43. A ilação chave desta análise merece destaque. A actividade turística no Bilene é extremamente limitada durante quase dois terços do ano – um mês típico da estação baixa regista 10% do volume de turistas dum mes da alta estação. Por isso, a taxa de ocupação média anual de 20% compara negativamente com as taxas anuais dos outros países tais como 66% nas Maurícias e 55% na África do Sul.
44. Em resumo, o sector de turismo no Bilene é relativamente frágil devido aos problemas legais dos operadores, a falta de negócios de viagens / actividades turísticas, e a alta sazonalidade dos fluxos de turistas.

D. Impactos económicos

45. Esta secção procura estimar o impacto económico de turismo conforme o conceito das cadeias de valor apresentado na Secção B. Primeiro, estima-se o total de vendas por cada grupo de elementos da cadeia de valor. Em segundo, calcula-se o destino

final destes fluxos financeiros, distinguido por: (i) os salários dos empregados; e (ii) os outros custos de operação. Termina-se com um resumo dos resultados incluindo a estimativa do impacto económico total ao nível local.

(1) Vendas totais

46. Tabela 5 estima o total de vendas anuais referente a cada grupo de elementos na cadeia de valor. Constata-se que as vendas dos complexos turísticos (referentes ao alojamento e a restauração) totalizam 2.3 milhões de dólares (US\$) por ano ou 88% das vendas do sector formal.⁹ As vendas do sector informal aos turistas são relativamente inferiores a US\$ 259 mil por ano (10% das vendas totais).

47. Os resultados confirmam que o volume de vendas é largamente dependente da alta estação. Isto é o caso para todos os negócios quer no sector formal quer no sector informal. Aspecto interessante é a diferença entre os dois sectores em termos da percentagem das vendas aos nacionais. Conforme Tabela 3, cerca de 40% dos turistas são residentes em Moçambique (nacionais), resultado que vem reflectido na proporção das vendas aos nacionais (30%). Porém, no sector informal estima-se que 70% das vendas são aos turistas Moçambicanos, o qual significa que a probabilidade dum turista fazer compras no sector informal é muito maior no caso dos nacionais.

Tabela 5: Vendas totais anuais por categoria de negócio turístico

	Vendas totais		% na alta estação	% nacionais
	MtN	US\$		
<i>Sector formal</i>	<i>68,440</i>	<i>2,590</i>	<i>82</i>	<i>30</i>
Complexos	60,560	2,290	80	30
Alojamento médio	2,880	110	100	10
Alojamento básico	3,070	120	100	40
Restauração	1,930	70	80	40
<i>Sector informal</i>	<i>6,860</i>	<i>259</i>	<i>72</i>	<i>70</i>
Artesanato	600	23	90	10
Diversos	6,260	236	70	75
Total	73,740	2,790	81	30

Fonte: cálculos dos autores

⁹ Para o sector formal a estimativa é derivada simplesmente do produto do número de clientes e os preços cobrados por mês (levantados via o questionário). Para o sector informal, a estimativa é mais grossa e baseia-se nas discussões informais com os vendedores.

48. Para confirmar estes cálculos, pode-se proceder para uma estimativa ao nível individual ou seja o gasto médio por pessoa por dia no Bilene. Este exercício resulta numa média de 1.250MtN (cerca de US\$50), o qual é fortemente consistente com o valor mediano de 1.350MtN por pessoa tirado dos inquéritos às despesas de turistas (referente apenas aos turistas de auto-condução). Isto comprova a robustez das estimativas no seu geral.

(2) Impacto no emprego

49. O impacto bruto estimado na secção anterior não indica se os fluxos financeiros provenientes das vendas realmente tenham um impacto na economia local.

50. Quanto ao impacto no emprego, Tabela 6 resume o número de trabalhadores discriminado pelo seu nível de responsabilidade. Encontra-se um total de 274 trabalhadores ao tempo inteiro no sector formal (dedicados ao turismo) e mais 120 no sector informal (que beneficiam parcialmente de turismo). Incluindo o trabalho sazonal, adiciona-se quase 100 beneficiários nos dois sectores empregados temporariamente para responder ao aumento da demanda durante a alta estação. Importa salientar que não há evidência do uso frequente de empregados estrangeiros; ao contrário, a grande maioria dos empregados são da localidade.

51. Embora o número de postos de empregos relacionados com o sector de turismo não ser enorme, não é insignificante em comparação com as outras oportunidades de emprego na zona. Ao nível da Praia do Bilene, estima-se a existência de apenas 483 postos de trabalho no sector formal (DINAPOT, 2005). Nesta base, é patente que os postos de trabalho relacionados directa e indirectamente com o turismo constituem o grosso de trabalho formal na Praia do Bilene. De facto, o sector representa aproximadamente 55% dos postos assalariados ou 10% da força de trabalho total. Comparado com o volume de turistas, estima-se que o turismo gera um posto formal de trabalho por cinquenta turistas (excluindo os utentes de casas de férias).

52. Quanto ao rendimento de trabalhadores, dados fornecidos pelos operadores permitem fazer uma avaliação da proporção das vendas totais canalizadas aos salários. Estima-se que os salários variam entre uma média de 5.150 por mês para os designados com

alta responsabilidade e 1.600 para os da responsabilidade básica (essencialmente o salário mínimo).

Tabela 6: Número de trabalhadores no sector de turismo por categoria de negócio

	Tempo inteiro – posição de responsabilidade					Emprego sazonal
	Donos	Alta	Média	Básica	Total	
<i>Sector formal:</i>	21	19	104	130	274	59
Complexos	11	18	86	96	211	42
Alojamento médio	4	0	2	7	13	5
Alojamento básico	1	1	4	15	21	3
Restauração	5	0	12	12	29	9
<i>Sector informal:</i>	.	.	.	120	120	50
Artesanato	.	.	.	10	10	.
Diversos	.	.	.	110	110	.
Casas de férias	50
Total	21	19	104	250	394	109

Fonte: cálculos dos autores

Tabela 7: Pagamentos anuais aos trabalhadores relacionados com actividade turística

	Salário médio por pessoa / mês (MtN)	Pagamentos totais aos trabalhadores (mil)			
		Inteiro*	% vendas	Total**	% vendas
<i>Sector formal</i>	2,520	8,450	12.3	8,900	13.0
Complexos	2,600	6,500	10.7	6,850	11.3
Alojamento médio	2,600	420	14.6	440	15.3
Alojamento básico	2,200	550	17.9	580	18.9
Restauração	2,800	980	50.8	1,030	53.4
<i>Sector informal</i>	1,670	2,401	35.0	3,301	-
Artesanato	1,750	210	35.0	210	35.0
Diversos	1,660	2,190	35.0	2,190	35.0
Casas de férias	1,500	-	-	338	-
Total	2,440	10,850	14.4	11,638	15.5

Fonte: cálculos dos autores

Nota: * refere-se apenas ao quadro ao tempo inteiro; ** inclui os trabalhadores sazonais.

53. Tabela 7 calcula o impacto económico de turismo na vertente dos rendimentos pessoais.¹⁰ O resultado é que 13% das vendas anuais do sector formal se destinam aos salários; abrangendo o sector informal, estima-se que 15.5% das vendas totais de turismo no Bilene são canalizados para trabalhadores.

¹⁰ Os seguintes pressupostos são aplicados: (i) no sector formal os donos que também trabalham recebem um vencimento igual aos trabalhadores com alta responsabilidade; (ii) os trabalhadores no sector informal (conta própria) recebem uma margem igual a 35% das suas vendas; e (iii) trabalhadores sazonais recebem 1,500 por mês durante a estação alta.

54. Pese embora o contributo total aos rendimentos pessoais em si não ser excepcional – igual a quase US\$ 500 mil por ano, o importante é de reconhecer que uma parte razoável de cada Metical gasto no turismo chegará ao bolso do trabalhador. Além disso, destaca-se que esta proporção é notavelmente superior nos negócios auxiliares ao turismo (e.g., sector informal, restaurantes) que nos alojamentos e complexos.

(3) Impacto via os custos de operação

55. Como já foi indicado, outro impacto económico de turismo ao nível local vem através das compras de bens e serviços feitas pelos negócios de turismo. À medida que estes bens e serviços são fornecidos localmente, espera-se avistar um maior impacto de turismo; ao contrario, quanto mais distante forem as compras se avistam menos benefícios económicos de turismo na mesma localidade.

56. Quais são os resultados para a Praia do Bilene? Em primeiro lugar as entrevistas com os operadores de turismo revelam que poucas compras são feitas na localidade da Praia do Bilene. Apenas a pescada fresca (da lagoa) é comprada regularmente e alguns alimentos ou bebidas quando houver necessidade inadiável. Os operadores deixam bem claro que a sua preferência é de fazer a maioria das compras na vila sede do distrito (Macia) ou a cidade capital do país, Maputo. As razões principais proferidas por estas escolhas incluem:

- a. os preços altos praticados na vila do Bilene;
- b. a falta de disponibilidade de produtos localmente; e
- c. a conveniência de depender de relações estabelecidas com grossistas nos centros urbanos.

57. No que diz respeito à origem dos produtos (que possa divergir do local onde são comprados) não foi possível encontrar informação detalhada. Os operadores dos complexos e restauração mostram-se pouco interessados nesta questão, indicando uma disposição de comprar produtos nacionais desde que o preço seja atraente. Ademais, operadores do sector informal da vila do Bilene indicam que muitos dos seus produtos, incluindo produtos alimentares tais como legumes e frutas etc., são

procurados fora da localidade nos mercados grossistas da vila da Macia.¹¹ Por seu turno, os mercados da Macia são abastecidos não só pela região da Gaza mas também por várias regiões do país e as importações. Assim, torna-se quase impossível averiguar a verdadeira origem dos produtos comprados.

58. Por conseguinte, não se pode concluir que haja uma ligação robusta entre o sector de turismo e outros sectores da economia local, como a agricultura. Embora o sector de pescas ser o mais óbvio beneficiário, as discussões com alguns pescadores e vendedores de peixe da localidade dão a impressão que as suas vendas aos turistas e operadores turísticos são um acréscimo ao seu negócio não uma parte chave dele.

Tabela 8: Desagregação dos custos de operação por localidade de pagamento

	Custos de operação*	dos quais (%) consumíveis	Valor total (mil MtN)		
			Local	Provincial	Nacional
<i>Sector formal</i>	59	20	1,180	12,200	27,300
Complexos	60	20	1,090	10,900	24,350
Alojamento médio	60	-	-	520	1,210
Alojamento básico	60	-	-	550	1,290
Restauração	40	80	90	230	450
<i>Sector informal</i>	65	73	980	2,620	860
Artesanato	65	-	-	180	210
Diversos	65	80	980	2,440	650
Total	59	25	2,160	14,820	28,160
<i>como % vendas totais</i>	-	-	2.9	19.7	37.4

Fonte: cálculos dos autores (veja o texto)

Nota: * constatados como a percentagem de vendas totais (veja Tabela 5)

59. Não obstante a estas dificuldades, é ainda possível desagregar os custos de operação entre as localidades diferentes *onde* as compras são feitas (ou seja, ignorando a própria origem do produto). Utilizando a informação do questionário como base, a qual sugere a taxa de lucro do sector formal é 25% para alojamentos e 10% para restauração, aplicam-se alguns pressupostos adicionais para chegar aos resultados: (i) 15% das compras de consumíveis no sector formal ou 30% no sector informal são feitas localmente; (ii) no sector formal 30% dos custos de operação são satisfeitos na

¹¹ Sendo bens originados das outras zonas isto explica (em parte) os preços altos na vila do Bilene lamentados pelos operadores.

provincia ou 60% no sector informal; e (iii) os restantes custos são satisfeitos algures no país, provavelmente em Maputo.

60. As estimativas da Tabela 8 confirmam a hipótese que a maior parte dos custos de operação é satisfeita fora da localidade. Excluindo pagamentos de salários, somente 3% do valor das vendas totais aos turistas permanece no Posto Administrativo da Praia do Bilene e mais 20% na Província de Gaza. Assim, os principais beneficiários das compras de bens e serviços feitos pelos negócios turísticos se encontram no restante do país.

(4) Impacto económico líquido

61. Reunindo a análise acima, Tabela 9 resume os impactos económicos líquidos de turismo. O impacto directo líquido segue a metodologia das contas nacionais no cálculo de valor acrescentado (na óptica de rendimento) e compreende o contributo para o emprego mais os lucros de exploração (antes de impostos directos).¹²

62. Baseado no pressuposto que os lucros de exploração e os pagamentos aos donos e altas responsáveis do sector formal tenham seu impacto fora da localidade, o impacto líquido directo no local é apenas via emprego. Estima-se que este impacto aproxime 11% das vendas totais no sector formal e 35% no sector informal (13% em total). Ao nível nacional, o valor acrescentado directo de turismo aproxima 32% das vendas totais. Desta forma, o contributo directo de turismo no Bilene para o valor acrescentado nacional (PIB) aproxima US\$ 1 milhão por ano, dentro do qual os complexos turísticos representam um peso de 75%.

63. Além dos impactos directos, impactos indirectos ocorrem na aplicação dos custos de operação dos negócios turísticos. Chamam-se impactos indirectos porque estes pagamentos alimentam emprego e lucros subsequentemente. A análise sugere que o total deste estímulo seja 22.5% das vendas totais ao nível provincial e representa 37.4% ao nível nacional (fora da região).¹³

¹² No caso do sector informal assume-se que o trabalho seja por conta própria pelo que todos os lucros representam uma espécie de salário.

¹³ Nota-se que estes impactos indirectos são brutos e apenas uma parte será canalizada aos salários e lucros.

64. Finalmente, merece repetir um resultado chave da análise. Em termos *relativos*, os impactos económicos locais de turismo (sejam directos ou indirectos) parecem maiores no sector informal e outros serviços auxiliares ao turismo tais como restauração. Contudo, nesta fase de desenvolvimento conclui-se que as ligações económicas de turismo no Bilene são mais viradas para fora da localidade.

Tabela 9: Impactos económicos de turismo como % vendas em cada categoria

	Impacto líquido directo		Impacto indirecto	
	Local	Total	Provincial	Nacional
<i>Sector formal</i>	<i>11.2</i>	<i>31.8</i>	<i>19.5</i>	<i>39.9</i>
Complexos	9.8	30.1	19.8	40.2
Alojamento médio	10.9	40.3	18.1	42.0
Alojamento básico	17.2	37.6	17.9	42.0
Restauração	44.7	63.4	16.6	23.3
<i>Sector informal</i>	<i>35.0</i>	<i>35.0</i>	<i>52.5</i>	<i>12.5</i>
Artesanato	35.0	35.0	30.0	35.0
Diversos	35.0	35.0	54.6	10.4
Total	13.3	32.1	22.5	37.4

Fonte: cálculos dos autores

E. O ecossistema local de turismo

65. Baseada na investigação largamente descritiva das secções anteriores, esta secção passa para uma análise mais completa de turismo na Praia do Bilene, tendo em conta as informações mais qualitativas assimiladas durante o trabalho de campo.

(1) Resumo da situação actual

66. A evidência levantada aponta a quatro aspectos principais da situação actual de turismo na Praia do Bilene. Primeiro, nota-se o **potencial considerável de turismo** a ser um impulsionador do crescimento económico local e provincial. Isto justifica-se não só pelas atracções naturais da zona, mas também por outros elementos identificados na pesquisa. Especificamente, destacam-se:

- a. *Diversidade de turistas* – na Praia do Bilene encontra-se uma procura turística relativamente diversificada; ou seja, uma mistura de turistas nacionais e estrangeiros. O peso significativo dos turistas nacionais (cerca de 40%) é positivo porque eles fazem compras no sector informal com maior frequência

(veja Tabela 3), significando um maior impacto económico local. A diversidade de turistas também indica um grau favorável de inclusão social – aspecto importante da sustentabilidade turística.

- b. *Crescimento de turismo* – nos últimos anos tem-se registrado um aumento significativo da actividade turística em Moçambique que se espere continuar devido as iniciativas do governo central e o fortalecimento da imagem do país no exterior. Apesar de serem parciais, os dados oficiais indicam que a Província de Gaza tem beneficiado destas tendências.
 - c. *Investimento na zona* – sinal claro do potencial da zona é a continuação de investimentos turísticos, incluindo uma construção de grande vulto ora em curso que será capaz de aumentar significativamente o fluxo de turistas durante o ano inteiro.¹⁴ Neste contexto, nota-se que os investidores são relativamente diversificados com um peso substancial de capital social doméstico.
 - d. *Geração de emprego* – resultado chave da análise quantitativa é o contributo forte de turismo para o emprego local e, deste modo, para o bem estar da população. Isto é numa zona relativamente escassa de empresas formais ou outras oportunidades seguras de trabalho – assim, o turismo é distintamente o maior empregador formal no local.
67. Ainda que turismo no Bilene tenha um potencial forte, a situação actual é caracterizada por a **falta duma “massa crítica” de turismo**, cujos sintomas são uma certa fragilidade do sector e fracas ligações com a economia local. Estes argumentos surgem directamente das secções anteriores, incluindo a constatação da alta sazonalidade dos fluxos turísticos; da taxa média baixa de ocupação nas estâncias; da ausência de empresas auxiliares a turismo (a oferecer viagens ou actividades turísticas); e do diminuto tamanho do sector em termos absolutos. A ausência geral do sector privado na zona reflecte estas fragilidades – por exemplo, nenhuma instituição financeira (banco, casa de câmbios etc.) tem uma representação na Praio Bilene e nem se encontra uma caixa automática para levantar dinheiro.

¹⁴ Isto é a edificação de vários blocos de apartamentos tipo “time share” na orla da lagoa.

68. O terceiro aspecto é que, até agora, o **turismo tem desenvolvido numa forma desordenada** na Praia do Bilene. Nota-se que a situação legal de muitos operadores permanece não regularizada enquanto continuam a fazer negócios. Igualmente, há indicações dum número considerável de casas de férias não registradas bem como diversas estâncias paradas ou paralizadas. Muitos operadores queixam-se duma falta de transparência e clareza nos processos legais, incluindo a afectação da terra aos investidores e sua posterior fiscalização. Tudo isto contribui para um ambiente de incerteza quanto à direcção e qualidade de turismo.
69. Finalmente, há desafios a longo prazo no tocante a própria sustentabilidade de turismo no Bilene. Estes giram por volta de **questões ambientais** e pressões causadas pelos fluxos de turistas e construções turísticas. Os desafios críticos incluem:
- a. *Gestão de lixo* – na vila do Bilene não existe nenhum sistema de recolha de lixo nem meios adequados para minimizar os danos ambientais e sociais (mão cheiro) relacionados com a sua armazenagem.
 - b. *Água potável* – ligado com o ponto anterior, acesso e disponibilidade de água potável está a tornar-se um problema sério para a população local. Obviamente, a pressão da expansão turística pode agravar tais problemas.
 - c. *Ecossistema da lagoa* – a lagoa e o recurso natural do qual não só o turismo depende mas também parte substancial da população local devido à pesca. Sem entrar em detalhes, reconhece-se a sensibilidade ambiental da lagoa e dificuldades encontradas nos últimos anos causadas pelo seu assoreamento. Até agora os factores principais por trás das mudanças na qualidade das águas da lagoa, bem como as acções necessárias para estabilizar o ecossistema, são desconhecidos (pelo menos publicamente).
 - d. *Protecção das tartarugas* – a chamada “rocha de tartarugas” na orla marítima é outro bem precioso da zona mas também é altamente sensível à acção humana, sendo adicionalmente o alvo possível de caçadores de ovos.
70. Perante estes desafios, não todos os operadores de turismo no sector formal estão optimistas sobre o seu futuro. Este é mais evidente entre operadores de baixa

qualidade bem como os donos de restauração, muitos dos quais julgam que o volume do seu negócio tem reduzido nos últimos anos. Ao contrário, os operadores mais optimistas parecem os donos de complexos mais modernos com capacidades de fazer “marketing” e assim concorrer no mercado.

(2) Factores de transformação

71. Em termos gerais, julga-se que o desafio da Praia do Bilene é de fomentar uma massa crítica de turismo. A evidência indica que a falta desta massa crítica explica as fragilidades da zona, particularmente à ausência de fornecedores locais de bens e serviços turísticos que possam trazer um maior impacto económico e retorno à população local. Analisada desta maneira, parece que o turismo na Praia do Bilene se encontra num “ponto de mudança”; ou seja, esta é uma altura capaz de definir o rumo de desenvolvimento de turismo na zona (seja positivo ou não).
72. Esta secção pretende salientar os factores que podem determinar o progresso para uma massa crítica de turismo e, conseqüentemente, a medida em que o potencial do sector será realizado.
73. Em primeiro lugar, será fundamental **umentar e diversificar as atracções turísticas** para garantir o futuro de turismo na zona. O problema de alta sazonalidade bem como a estadia média baixa se devem, pelo menos em parte, à falta de diversificação das actividades disponíveis aos turistas além do simples desfrutar da lagoa e praia. Porém, a ameaça de degradação ambiental junto com o aumento do volume de turistas agrava a dificuldade de assegurar a qualidade dos recursos naturais. Isto é evidente nos problemas actuais concernentes ao acesso à orla marítima (veja acima) e alguma reclamação sobre a falta de controlo dos “quad bikes” na vila.
74. Igualmente, **o reforço da qualidade da oferta turística** é essencial particularmente no ambiente de maior concorrência. Destaca-se dois aspectos aqui:
 - a. *Investimento do sector privado* – o crescimento desordenado de turismo no Bilene tem sido frequentemente lamentado, tanto pelos operadores como pela população local. Relaciona-se esta forma de expansão com a alta sazonalidade e a taxa relativamente baixa de ocupação. Ao mesmo tempo, nota-se que

novos investimentos estão a aumentar a capacidade hoteleira da zona anualmente. O risco é que o crescimento de turistas não corresponda à quantidade de novos investimentos e vê-se uma redução dos ganhos dos operadores em média. Isto pode instruir uma espécie de concorrência danosa em que investimentos no meio ambiente e no capital humano são esquecidos. Deste modo, embora a longo prazo o fomento duma massa crítica de turismo implique a necessidade de atrair mais investimentos turísticos, atenção ao equilíbrio entre a quantidade e qualidade da oferta turística será crítica.

- b. *Infra-estruturas e serviços publicas* – a qualidade de turismo também se deve à qualidade de infra-estruturas e serviços publicos. Não só se trata da recolha de lixo e acesso a água potável mas outros factores tais como as vias públicas. Nota-se que vários operadores do sector informal se queixam da má qualidade das instalações do mercado formal e a inexistência de sanitárias públicas na mesma zona ou ao longo de praia. Estes factores constroem a ligação entre turistas (especialmente estrangeiros) e o sector informal. Com tempo, a deterioração de infra-estruturas e serviços públicos pode minar a atracção do Bilene e reduzir o volume e qualidade dos investimentos do sector privado.

(3) Mecanismos de resposta

75. Os factores de transformação advertem que o quadro institucional público em torno de turismo na Praia do Bilene devia ser capaz de responder de forma robusta e eficaz aos desafios do sector. Reitera-se que estes desafios são extremamente complexos e abrangem vários domínios de acção pública, incluindo a protecção ambiental, o acesso à terra, as obras públicas e o regulamento de turismo. Por natureza desta complexidade e a necessidade de assegurar a sustentabilidade de turismo, o sector merece um tratamento integrado.
76. A questão que se segue é se os mecanismos existentes são adequados para responder desta forma. Distingue-se entre diferentes tipos de instrumento de acordo com a tipologia apresentada em UNEP (2006). É também útil lembrar a diferença entre os *instrumentos* disponíveis para influenciar a forma de desenvolvimento turístico em

Bilene e a sua *implementação* efectiva; pois, sem nenhuma implementação os instrumentos ideais teriam um efeito nulo.

77. *Instrumentos de avaliação*: um aspecto fundamental de gestão é a recolha e análise de informação para acompanhar os processos de desenvolvimento. No caso do sector de turismo na Praia do Bilene, vários estudos têm sido feitos, dos quais um enquadra uma proposta para o zoneamento da vila (DINAPOT, 2005). Embora tudo isto seja importante, não existem objectivos claros sobre a forma de turismo desejada na Praia do Bilene ou a natureza de crescimento pretendido (e.g., a densidade de turismo, as taxas de ocupação, o tipo e natureza de novos investimentos, protecção ambiental etc.). Na ausência destes objectivos, não é de surpreender que não existe nenhum plano integrado de acção para fazer face aos desafios do sector.
78. *Instrumentos de comando e controlo* – no seu geral, o quadro legal relacionado com as diversas áreas de turismo é reconhecida como sendo robusta (Christie, 2006). O governo central também está empreendido em melhorar o ambiente de negócios através da simplificação dos procedimentos burocráticos. Todavia, a implementação efectiva do quadro legal no Bilene ainda carece de dificuldades substanciais. Apesar de ser um assunto mais geral, nota-se a falta de clareza no tocante ao detalhe de regulamentos e a sua aplicação para os operadores turísticos (e.g., há alguma confusão sobre a necessidade de ter uma licença ambiental). Ademais, muitas vezes os representantes do governo local não têm a autoridade e / ou capacidade de responder nas questões legais, tornando processos mais custosos e complexos.
79. *Instrumentos económicos* – os instrumentos económicos abrangem a aplicação de impostos, taxas ou propinas para influenciar o comportamento do sector privado e o uso sustentável de recursos. Em termos gerais estes instrumentos são pouco desenvolvidos em Moçambique, observação válida para o sector de turismo. Dois pontos merecem destaque aqui:
- a. Talvez a área mais problemática seja a ausência efectiva dos instrumentos económicos para influenciar a **eficiência do uso da terra** em prol do desenvolvimento do sector de turismo. Conforme a lei, não se pode vender a terra, mas sim o governo confere um direito de uso e aproveitamento (DUAT)

em troca por uma taxa anual ligeira. Ao mesmo tempo, benfeitorias (incluindo construções) realizadas pelo possuidor do DUAT podem ser vendidas na transferência do mesmo. Evidentemente, isto cria as condições para o nascimento dum mercado sombra de terras onde as benfeitorias substituem pela venda da própria terra. Esta situação incentiva a especulação das terras via a acumulação dos DUATs (sem realmente usar a terra) enquanto o retorno ao governo é quase inexistente apesar das sumas avultadas a ser transaccionadas na venda das “benfeitorias”.

- b. Além das taxas cobradas para actividades específicas tais como a pesca, único outro proveito financeiro do governo proveniente da actividade turística no Bilene é os **impostos cobrados** dos operadores do sector formal. Contudo, em termos absolutos os lucros de turismo actualmente são limitados (acerca de US\$ 500 mil por ano) e os operadores gozam de vários incentivos fiscais que reduzem consideravelmente a sua carga fiscal. Também não é evidente que existam processos dentro do governo para assegurar que uma parte razoável de fundos pagos pelos operadores voltem à localidade para amparar o quadro institucional bem como as infra-estruturas e serviços publicas. Neste contexto, instrumentos internos para financiar a gestão do sector de turismo parecem ausentes.
80. *Instrumentos voluntários* – finalmente, estes instrumentos são o fruto de acção voluntária tais como orientações e códigos de conduto que definem padrões de acção desejáveis na área de turismo. Neste momento estes instrumentos não existem no Bilene e nota-se pouco diálogo regular entre os *stakeholders* do sector. Como resultado, não existem meios de estabelecer pontos de vista comuns ou promover acções colectivas em favor do sector de turismo. Ao invés, sente-se a impressão dum clima de desconfiança entre muitos dos *stakeholders*, incluindo o governo.
81. Para sintetizar a análise acima, julga-se que o quadro institucional não é suficiente para fazer face aos desafios complexos de turismo. Não existe um conjunto de objectivos detalhados para orientar a gestão de turismo localmente e a implementação de instrumentos de gestão existentes é enfraquecida devido às insuficiências de

recursos financeiros e autoridade ao nível local. A instalação recente duma equipa de representantes do governo provincial podia ser positiva desde que os membros tenham termos de referência claros, formação suficiente e condições para trabalhar.

F. Prioridades de acção

82. Podem-se sugerir algumas acções para fortalecer o quadro institucional. Distingue-se entre acções concretas para a Praia do Bilene bem como desafios mais gerais que se referem ao sector de turismo no seu geral.

(1) Praia do Bilene

83. *Plano de turismo* – com base nos diversos trabalhos já feitos, uma acção fundamental é de integrar os documentos existentes e constituir um plano integrado de turismo para a zona, enquadrando uma visão (consensual) da forma de crescimento desejada a longo prazo e, daí, os objectivos e acções em cada área. Para garantir a utilidade deste plano, é essencial estabelecer meios para assegurar a sua implementação com a devida responsabilização dos agentes públicos (e privados), a sua autorização para agir e a instalação de sistemas de monitoria e transparência. A equipa do governo provincial que já se encontra no terreno podia ser o veículo de implementação desde que tenham os meios e poderes necessários.

84. *Reserva local* – seja parte dum plano de turismo ou não, é necessário encontrar um equilíbrio entre a protecção ambiental e o desfrutar dos recursos naturais da zona pelos turistas incluindo o acesso à orla marítima por via terrestre e o uso dos “*quad bikes*” (fora da vila central). Uma solução possível é a criação duma reserva natural com vias de acesso marcados e mecanismos de protecção das tartarugas. Entre as vantagens duma reserva é o seu potencial de combinar instrumentos económicos (cobrança de taxas de entrada) com controlo ambiental efectivo; também uma reserva pode assegurar a inclusão das comunidades locais nos benefícios de turismo. Actualmente o problema de acesso terrestre à orla marítima está a reduzir a atracção da zona e assim exige uma resolução rápida.

85. *Fórum de comunicação* – a natureza complexa de turismo significa que seria proveitosa a colaboração entre os sectores públicos e privados. Neste sentido, a

institucionalização de mecanismos de comunicação entre os *stakeholders* chaves representaria um primeiro passo. Um fórum de comunicação pode servir de base para elaborar quaisquer instrumentos voluntários (códigos de conduta, partilha de informação) para reforçar a governação de turismo na zona.

86. *Infra-estruturas públicas* – para amparar a ligação entre o sector informal e o turismo, recomendam-se investimentos públicos para melhorar as condições do mercado central e a construção de sanitárias públicas ao longo de praia.
87. *Gestão de lixo* - estabelecimento dum sistema de recolha e gestão de lixo para a vila está a tornar-se cada vez mais necessário devido ao crescimento de turismo e a ameaça da degradação ambiental.

(2) Sector de turismo

88. *Informação legal* – para reforçar a transparência e aplicação direta do quadro legal que se aplica ao sector de turismo, seria profícuo elaborar um documento único que descreva de forma simples todos os regulamentos, licenças e requerimentos legais para investidores e operadores do sector.
89. *Financiamento de zonas turísticas* – precisam de ser considerados mecanismos específicos para financiar as estruturas locais do governo onde turismo é uma aposta estratégica de desenvolvimento local. A evidência do Bilene indica que investimentos no quadro público institucional podiam retornar ganhos significativos quanto ao crescimento e sustentabilidade de turismo. Contudo, isto é crítico na fase preliminar de crescimento para evitar uma expansão desordenada e de má qualidade que possa danificar o futuro do destino. Nota-se que qualquer ganho financeiro significativo do governo do sector de turismo acontecerá apenas se uma “massa crítica” e sustentável for realizada.
90. *A questão da terra* – é impossível ignorar a questão da terra na discussão do futuro de turismo. Constata-se que a divergência entre o princípio de acesso grátis à terra e a venda das benfeitorias produz ineficiência no seu uso final. No caso de turismo, isto pode minar o seu crescimento e a qualidade da oferta. Obviamente, esta questão necessita de mais debate; todavia uma sugestão inicial é de aumentar

consideravelmente as taxas anuais relacionadas com o DUAT nas zonas chaves turísticas baseado num plano de turismo e o devido zoneamento. A canalização dos fundos provenientes desta taxa para a gestão de turismo no mesmo local até podia financiar uma base de recursos mais sustentável para o sector.

G. Conclusão

91. Este estudo apresenta uma análise detalhada dos impactos económicos e a situação mais geral de turismo na Praia do Bilene, baseado num período rápido de trabalho de campo. As constatações principais incluem:
- a. a Praia do Bilene tem um potencial promissor para o desenvolvimento de turismo;
 - b. actualmente o turismo na zona se encontra numa fase preliminar de evolução e ainda não chegou a atingir uma massa crítica. Isto evidencia-se no tamanho diminuto do sector em termos absolutos (vendas totais anuais de menos três milhões de dólares), as taxas baixas de ocupação (20% média anual) e a falta de negócios auxiliares ao turismo;
 - c. o impacto principal local de turismo é através de emprego – o sector contribui com mais de 250 postos de trabalho a tempo inteiro no sector formal e ampara mais de 200 outras pessoas com trabalho sazonal e no sector informal;
92. O desenvolvimento sustentável da Praia do Bilene como um destino de renome dependerá do aumento e diversificação das atracções turísticas e a equilibração entre a quantidade de novos investimentos e a qualidade da oferta turística, o qual compreende a gestão dos recursos naturais e as infra-estruturas públicas. Um risco genuíno é a expansão desordenada do sector que instrua uma forma de concorrência danosa entre os operadores devido à ausência de ganhos suficientes.
93. Entre as recomendações do estudo, salienta-se a implementação dum plano integrado de turismo para a zona que designe os objectivos para o sector a longo prazo e as acções necessárias dos vários sectores do governo. Isto devia ser acompanhado pelo

estabelecimento de poderes de decisão e a colocação de recursos suficientes ao nível local.

Referências

- Ashley Caroline; Dilys Roe & Harold Goodwin (2001), Pro-Poor Tourism Strategies: Making Tourism Work for the Poor: A review of experience, *Pro-Poor Tourism Report* No. 1, PPT Partnership
- Ashley, Caroline (2006a), How can governments boost the local economic impacts of tourism? Options and tools, Overseas Development Institute and SNV Netherlands
- Ashley, Caroline (2006b), Participation by the poor in Luang Prabang tourism economy: Current earnings and opportunities for expansion, *ODI Working Paper* Number 273, Overseas Development Institute, London
- Ashley, Caroline; Harold Goodwin, Douglas McNab, Mareba Scott & Luis Chaves (2006), *Making Tourism Count for the Local Economy in the Caribbean, Guidelines for Good Practice*, PPT Partnership and the Travel Foundation
- Baggio, Rodolfo (2007), Symptoms of complexity in a tourism system, forthcoming in *Tourism Analysis*
- Bah, Adama & Harold Goodwin (2003), Improving Access for the Informal Sector to Tourism in The Gambia, *PPT Working Paper* No. 15, PPT Partnership (www.propoortourism.org.uk)
- Christie, Iain (2006), Institutions for Managing Tourism Growth: An overview, Unpublished working paper
- DINAPOT (2005), Plano de Estrutura da Praia de Bilene: Volume 1 – Análise da Situação Actual, Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial, MICOA
- Farrell, B. H. & Twining-Ward L. (2004), Reconceptualizing tourism, *Annals of Tourism Research* 31, (2), 274-295.
- Governo da Província de Gaza (2006), Resultados do inquérito sobre o Posto Administrativo da Praia do Bilene.
- INE (2005), Estatísticas do turismo: movimento de hóspedes, Instituto Nacional de Estatística, Direcção de Estatísticas Sectoriais e de Empresas
- MAE (2005), Perfil do Distrito do Bilene Macia, Província De Gaza, Ministério da Administração Estatal
- MICOA Gaza (2006), Relatório da Verificação dos Aspectos Legais e Institucionais das Estâncias Turísticas da Praia do Bilene, Mahelane e Nhabanga, Departamento de Educação Ambiental e Género
- Mitchell, Jonathan & Jojoh Faal (2006), The Gambian Tourist Value Chain and Prospects for Pro-Poor Tourism, Draft Report, Overseas Development Institute, London
- MITUR (2007), Indicadores na área do Turismo – Dados de referência, Documento não publicado, Direcção de Planificação
- República de Moçambique (2003), Política de Turismo e Estratégia da sua Implementação, *Boletim da República*, I Série Número 18, pp.132-141

- República de Moçambique (2004), Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-2013), MITUR
- Slob, Bart & Joseph Wilde (2006), *Tourism and sustainability in Brazil: The tourism value chain in Porto de Galinhas, Northeast Brazil*, SOMO – Centre for research on Multinational Corporations
- Twining-Ward, L. and Farrell, B. (2005), Sustainable development. In G. Miller and L. Twining-Ward, *Monitoring for a Sustainable Tourism Transition: The challenge of developing and using indicators*. London: CABI International.
- UNEP & WTO (2005), *Making tourism more sustainable: a guide for policy-makers*, United Nations Environment Program (UNEP) and World Tourism Organization (WTO)